

APONTAMENTOS DE GEOGRAFIA - SÉRIE INVESTIGAÇÃO: Nº8

JORGE GASPAR

PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA
PARA O SÉCULO XXI

CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
LISBOA - 2000

PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA PARA O SÉCULO XXI

JORGE GASPAR

Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Tel: +351-217940218, Fax: +351-217938690, e-mail: jgaspar@correio.reitoria.ul.pt

1. INTRODUÇÃO

É natural que no final de um período e sobretudo num marco cronológico como o é o de um **Milénio** se procure fazer balanços e projectar futuros. Neste contexto, temos assistido ao aparecimento de reflexões - artigos, livros, reuniões científicas - sobre a matéria.

A estes factores de excitação, juntam-se dois que constituíram os grandes safanões dos anos 90, qualquer deles com fortes implicações geográficas:

- 1) O novo mapa político do Mundo, com o isolamento dos Estados Unidos da América como a **Grande Potência** (como mostra a abundante bibliografia e iconografia produzida recentemente nos USA, o século XX, foi e culmina na viragem do Milénio como o **Século Americano**), a implosão da União Soviética, a ascensão da China e a afirmação (embora tímida) política da União Europeia;
- 2) O novo mapa económico, social e geográfico, que resulta da mundialização das trocas e da globalização dos fluxos - de informação, de bens e de pessoas.

Com isto a Geografia tem sido mais chamada a dar contributos (o que não significa necessariamente que sejam os geógrafos a desempenhar-se dessas tarefas - como não são economistas ou especialistas em gestão a determinar as acções que relevam da economia e dos negócios). O primeiro sinal, ou pelo menos o mais forte, foi dado nos Estados Unidos. De facto, este país quando chega ao cume da sua intervenção na superfície da terra, na viragem dos anos 80 para os 90, "descobre" que sofria de "geographic illiteracy", ora para qualquer país e muito particularmente para os Estados Unidos, o analfabetismo geográfico num mundo em crescente interacção é tão grave como o analfabetismo informático. E por isso foi decidido dar maior importância à disciplina da Geografia no sistema de ensino, desde logo um relatório saído de uma reunião entre o Presidente Bush e os 50 governadores dos estados (1989) e sobretudo em 1994, no **Goals 2000: The Educate America Act** (Congress, 3/1994).

A Geografia foi considerada como uma área focal nas escolas americanas, ao lado da matemática e das outras ciências. Como resultado, desde a segunda metade dos anos 90 foi aumentando a procura do ensino superior de Geografia nas universidades americanas.

É em tal contexto que, em 1993, o National Research Council cria uma comissão com a finalidade de analisar o papel da Geografia na actualidade e a desenhar as orientações necessárias para o seu melhor aproveitamento - é o Rediscovering Geography Committee, cuja síntese dos resultados a que chegou é publicada em 1997: **Rediscovering Geography - New Relevance for Science and Society**.

Pode dizer-se que o relatório (o livro publicado...) não traz muito de novo para a Comunidade dos Geógrafos, mas é importante que tenha aparecido no País que nos anos 70 e 80 tanto contribuiu para o declínio da Geografia no meio académico, com influências em todo o Mundo. Esperamos que esta **Redescoberta da Geografia** nos Estados Unidos da América contribua também para a redescoberta noutros países, mormente na Europa.

Mas a preocupação com o balanço de final do milénio e o esforço por querer descortinar as transformações em curso e, sobretudo, ler o futuro, aparece em muitos mais trabalhos: R. D. Sack, A. Bailly & R. Scariati, Johnston, Taylor, Watts, D. Massey... Ou, de forma original, como o fez Paul Claval, olhando a Geografia e as suas perspectivas, através de uma experiência de vida, que se mantém activa: **La Géographie comme Genre de Vie - un itinéraire intellectuel** (Claval, 1996).

Ou ainda introduzindo olhares novos, ou diferentes, procurando ver toda a realidade geográfica por um prisma pessoal, provocador, como no recente livro de Yi Fu Tuan, **Escapism** (1998), em que os gestos, as atitudes dos seres humanos representam sempre uma forma de escape: "migração e transformação *in situ* do ambiente são dois temas maiores - os dois maiores temas - em Geografia Humana. Ambos revelam um descontentamento como o *status quo*, um **desejo de escapar**". Ora, continua Yi Fu Tuan, os geógrafos têm estudado profundamente estas questões sem utilizarem "escape" ou "escapismo" como um conceito orientador. "O que se ganhará em utilizá-lo agora? O ganho está em que nos força a reconsiderar natureza e cultura e, a partir daí, onde estamos e a que aspiramos, num tandem produtivo com "real e imaginado", "realidade e fantasia" - ideias que tradicionalmente estão no âmago do conhecimento e do pensamento humanista (Tuan, 1998, 8).

2. O ARQUIPÉLAGO GEOGRÁFICO

Uma primeira nota, como aviso à navegação: a minha reflexão poderia ter como subtítulo a *pulp vision*, de facto é disso que se trata... fragmentos mais ou menos conectados - dificilmente integrados - de uma visão dinâmica sobre a Geografia que se faz, a Geografia que se transforma.

Esta atitude decorre desde logo de uma dificuldade patente por parte do autor em abranger, numa perspectiva articulada e integradora, aquilo que vê hoje, não como o **Campo da Geografia**, mas antes como temos vindo a designar o **Arquipélago Geográfico**. De facto, têm-se verificado em diferentes momentos derivas do Continente da nossa disciplina, desde a matriz grega original, até aos contemporâneos tempos pós-modernos. Nos últimos três decénios essa deriva revestiu um carácter pulverizante, originando não novos continentes ou sub-continentes, mas vários arquipélagos - nos domínios de investigação e nos agrupamentos de geógrafos, que se organizam segundo diferentes vectores, que incluem não só afinidades temáticas, como ideológicas, linguísticas, geracionais, e até do género, ou tão somente afectivas.

A sociedade das redes (não propriamente em rede...) ao contrário do que se poderia esperar, ou seja, promover integração, cruzamento, futilização, sinergias... tem proporcionado a viabilidade de pequenas ilhas, constituindo pequenos arquipélagos, isolados, por vezes desconhecidos do resto do Mundo. Tenho a sensação, quase convicção, que há, actualmente, fantásticos mundos geográficos a descobrir... mundo que em muitos casos apenas afloram num ou outro artigo que emerge na confusão das revistas científicas (ou equiparadas), para logo se submergirem... até quando?

A língua constitui ainda (ou cada vez mais?) o principal instrumento de aproximação, mas também, por isso, a razão de ser dos isolamentos crescentes.

Se é um facto que a chamada Geografia Anglo-Saxónia tende a hegemonizar a promitente Comunidade Geográfica, internacional, também o é que essa Comunidade é cada vez mais pobre, não só em relação ao passado de uma Geografia em que o pluri-linguismo era prática corrente - como o próprio objecto de estudo parecia sugerir - mas também porque se foram abrindo outros fossos no seio dessa vasta proto-comunidade. Cada vez é mais difícil a afirmação de novos paradigmas em Geografia.

Desde logo uma separação crescente entre a Geografia enquanto disciplina de formação básica do cidadão e a Geografia Académica, mas também a crescente “autonomização” da Geografia Aplicada. Falta sobretudo uma integração dos saberes e das aquisições de cada um

destes três domínios. Talvez por isso, mas decerto também por outras razões, estes três planos da Geografia aparecem quase incomunicáveis, mormente ao nível da inovação e da investigação.

E, no entanto, existe uma necessidade e manifesta procura de áreas da aprendizagem e do planeamento territorial onde a integração dos temas e das maneiras de ver da Geografia são fundamentais.

3. A GEOGRAFIA COMO DISCIPLINA FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS

A importância da Geografia na formação do cidadão decorre de vários factores, em que sobrepõem a necessidade de conhecer a **casa**, o mundo em que vivemos - mas isso não é substituível como se tem pretendido por uma **ecologia do Homem** ou por uns ainda mais redutores **estudos ambientais**.

O valor da Geografia na formação dos cidadãos, ainda mais do que na sua utilidade analítica e preditiva, reside no facto de constituir um campo de integração de saberes, sob um chapéu muito simples, muito óbvio, que é o Planeta em que vivemos. E é essa integração, permanentemente actualizada, que deverá ser facilmente legível e adequada à ancoragem de novos saberes.

A Geografia na formação dos cidadãos é não só o caminho para amar a terra e os lugares, como para o conhecimento do **eu** do **outro**: nas suas múltiplas dimensões - do quem, do como, do quando e do onde.

Por isso a Geografia necessita de manter um conceito central e de ser entendida como uma linguagem. Do conceito central falámos (o **Homem na terra**, buscando a visão fecunda de Lucien Fèvre), da linguagem tem-nos servido a **cartografia**, apoiada noutras meta-linguagens e respectivas tecnologias.

4. A GEOGRAFIA E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A Geografia constitui tanto um espaço de intervenção científica - ciência e objecto fundem-se - como um espaço de intervenção política, no sentido em que pode propor e apoiar medidas que vão alterar o seu próprio objecto de estudo: o território.

A **Geografia** foi sempre “chamada” a aplicar os seus conhecimentos, não tendo criado um **campo de intervenção natural**, subsidiário da sua produção teórica, como as físicas e as químicas relativamente às tecnologias. Do mesmo modo, a Biologia, embora esta tivesse esperado mais tempo para que criasse os seus **campos de intervenção natural** que,

frequentemente, foram disputados e confusos: agricultura, pescas, produção animal, patologias dos seres vivos... paisagismo...

Ora a **Geografia - Ciência, Arte e Técnica** (Baulig, 1948) favorece em dados momentos uma destas facetas em consequência das procuras (das oportunidades), do desenvolvimento de outras disciplinas e, talvez acima de tudo, das transformações que o processo social e político impõe (arrasta) no território.

Nos seus primórdios foi pelo desenvolvimento do seu campo científico, alargado, integrado e sincrético, que os **geógrafos** - os membros da família geográfica (que foram adquirindo as designações das áreas em que se especializavam: geómetras, cartógrafos, corógrafos) foram sendo chamados a prestar serviços - na guerra, na navegação e comércio, no fomento e no povoamento: isto é no **ordenamento do território**.

Desde muito cedo, geómetras, cartógrafos e corógrafos apareceram associados, muito próximos do poder, sobretudo político, mais do que do económico.

O ordenamento do território constitui um processo contínuo cuja finalidade é orientar a acção do homem sobre a superfície da terra. É a permanente construção e reconstrução da Geografia. Por isso o saber dos geógrafos representa uma valência fundamental para a boa condução desse processo.

O recente incremento da globalização e as consequentes acções de regionalização (formação de macro-regiões através da integração de vários estados) e de localização (que podem assumir diferentes formas e dimensões territoriais: países, meso-regiões, municípios...), abriram oportunidades e novas perspectivas para o desenvolvimento da Geografia, quer enquanto disciplina científica, quer enquanto domínio essencialmente técnico. Deparam-se, no entanto, algumas dificuldades.

Um dos problemas que se colocam ao progresso da Geografia nos nossos dias, em que, finalmente, parece existir uma tendência para institucionalizar e expandir a **profissão de geógrafo** ou por outras palavras a afirmação da Geografia **enquanto técnica** (tecnologia), reside na crescente falta de articulação e até de coerência entre a investigação e o ensino, sobretudo o universitário, e a aplicação.

Podemos mesmo dizer que são frequentes as contradições entre o discurso científico ou as práticas académicas dominantes, e a intervenção dos geógrafos enquanto profissionais, nomeadamente de ordenamento do território. Isto apesar da actualização de currículos académicos, inclusive pela criação de licenciaturas mais orientadas para o planeamento do território.

Na sua prática, o geógrafo intervém frequentemente a partir de duas bases distintas, por vezes em tensão, quando não em contradição: por um lado, a formação universitária que, embora dispersiva e nem sempre orientada para objectivos bem definidos, dá uma segurança, um conhecimento que não é posto em causa quando confrontado com as análises dos objectos de intervenção, e, por outro lado, a necessidade de intervenções que cada vez mais se descolam daquela **análise** para se simplificarem em estereótipos de visões de **futuros determinados pelas agendas políticas**.

E esta tensão é de tal maneira forte que, embora valendo-se - muitas vezes sem muita consciência de o estar a fazer - da sua preparação de base, o geógrafo é tentado pela nova linguagem do *marketing*, já adaptada ao exercício da política. Da venda dos detergentes ou de um candidato a um qualquer lugar de eleição, passa-se ao *marketing* da cidade, do município, do bairro, da região... e ainda aí, os geógrafos valem-se de uma longa prática (resultado de uma insuficiência da própria ciência geográfica), a das **metáforas**, que podem ser úteis e pertinentes mas também nocivas. Reportemo-nos aqui, ao estudo de Giuseppe Dematteis sobre as “Metáforas da Terra”: “Não creio que hoje nos sirva a Geografia que usa a metáfora terrestre como mito para o domínio das coisas e dos homens, exercendo violência sobre uns e sobre outros...”. (Dematteis, 1985, p. 165).

Uma já muito longa experiência no ordenamento do território, da escala do loteamento urbano às propostas para o espaço europeu, permite-me afirmar que a Geografia proporciona uma prática que vale por si, no diálogo com outras disciplinas. Aos novos permitam que vos aconselhe a procurar nos fundamentos ricos e diversos da nossa ciência, os ensinamentos para uma prática cívica. Aos mais experientes, quero transmitir um voto: olhem para os resultados dos vossos exercícios no planeamento territorial e façam a avaliação necessária; verão que, apesar de tudo, feito o balanço final, valeu a pena.

Esta é, talvez, uma atitude optimista, mas seguramente baseada em factos reais de uma actividade profissional, que se alimenta, no essencial, dos fundamentos básicos do conhecimento geográfico.

A todo o geógrafo que vai trabalhar no ordenamento do território recomendo-lhe ainda uma reflexão sobre o “aviso” já deixado em 1985 por Giuseppe Dematteis a todos aqueles que **querendo inventar a «nova» Geografia, acabam por perder-se em obscuros labirintos meta-geográficos, privando-se assim do prazer de observar a Terra, interrogá-la e, quem dera, descrevê-la**. (Dematteis, 1985, p. 27).

Ainda a partir da minha experiência, que também passou por labirintos mais ou menos obscuros, posso transmitir-vos que a exploração e a descoberta continuam a ser possíveis no labor quotidiano do geógrafo. Quanto mais numerosa é a população do Planeta, os seus anseios e as capacidades de transformar o território herdado, mais falta faz uma prática milenária, que é a de, através da observação e do inquérito conduzido criticamente, chegar a um conhecimento operativo, que permitirá conquistar novas fronteiras da Terra.

5. O REGRESSO À PAISAGEM

E de repente a paisagem passou a estar na moda! Não devido ao esforço de geógrafos franceses, como Bertrand, que procuram estabelecer uma continuidade entre a Escola da Geografia, Estudo da Região - **Regiões Geográficas**, entidade quase mítica... que só poderia ser definida pela identidade da paisagem... conceito que ainda era "útil" para manter uma unidade, difícil de manter através de sobreposições e antecedenças: a Geografia Física estuda as paisagens físicas; a Geografia Humana, as paisagens humanas.

O regresso à paisagem faz-se em várias frentes e a partir de escolas antecedentes distintas. Desde a corrente Humanista anglo-saxónica, essencialmente americana, às pontes que se estabelecem com a "arquitectura paisagística". Mas a "necessidade" de voltar à paisagem não é tão-só apanágio da Geografia, manifesta-se em vários outros domínios onde é necessário aprender a luz, as formas, os volumes, para compreender os lugares e o sentido do espaço e do tempo: daí as novas paisagens da pintura, da literatura e a continuidade renovada da fotografia.

Por isso este regresso também vai mais longe no tempo: "A pintura, mais concretamente a do Renascimento, inventou a paisagem e, a partir daí, o Homem não mais pode prescindir desse valor de identificação que passou a fazer parte da herança cultural de cada comunidade.

Através de uma acumulação, muitas vezes desordenada, de gestos e de acções, modelam-se as paisagens que são sempre multidimensionais. Apesar da sua aparente neutralidade - o real - cada paisagem permite múltiplas visões, múltiplos sentimentos. A sua assumpção enquanto valor só pode ser feita através da conjugação de uma comunalidade de olhares de sensações. E assim poderemos ter diversas explorações a partir de diferentes identificações: a paisagem transformou-se nos nossos dias, num recurso, na matéria prima básica da mais importante indústria, tanto dos países pós-industriais, como de muitos dos menos desenvolvidos - o turismo.

Amplificando de forma extraordinária o papel que em tempos coubera à pintura, foram as imagens fotográficas que contribuíram para a globalização das paisagens enquanto recurso. O turista e o leitor de fotografia procuram tanto as imagens do seu passado, da sua cultura, do seu imaginário, como as paisagens virtuais do espírito, sem tempo e sem espaço.

Por isso, acabam por convergir, mais uma vez, as pinturas que nos deram as «verdadeiras» imagens de Jerusalém, a Cidade de Deus, com as fotografias que nos desvendam outras faces dos «Jardins do Paraíso!».

"A paisagem existe porque o homem a constrói - em cada olhar, em cada sentir. A paisagem só atinge a realidade quando é vivida - nos olhos, no cheiro, nos sons, na planta dos pés...

As estações do ano são como as estações do caminho de ferro, momentos em que cada um renova o olhar, produz uma nova paisagem. O comboio arranca, acelera, entra em grande velocidade e a paisagem modifica-se, deixa de ser estática, apreendida através do deambular do olhar, para ser aspirada, sugada, não apenas pelos olhos, mas pela mente, pelo próprio corpo. O «TGV é um aspirador de paisagens». (Nakamura et al., 1993).

Mais ricas, multidimensionais, são as paisagens do tempo, ou melhor, dos tempos e dos espaços, que só podemos aperceber através da profunda contemplação. São as paisagens do espírito".

6. O SÉCULO XXI: O SÉCULO DA GEOGRAFIA OU DO HOMO MOBILIS AO HOMO GEOGRAPHICUS

A ainda curta experiência da cibersociedade já é suficiente para compreender que os seus impactos não irão no sentido de reduzir a mobilidade física dos seres humanos, nem vão desvalorizar a importância do local.

Numa perspectiva mais global e antecipativa Torsten Hägerstrand abordou o tema da interação humana e da mobilidade espacial (Hägerstrand, 1987). Charles van Doren, na sua História do Conhecimento (van Doren, 1991) apontou para a afirmação do *homo mobilis* no próximo século. Manuel Castells, na sua “sociedade em rede” aborda a questão do aumento em quantidade e complexidade das trocas, não só de bens materiais como imateriais (Castells, 1996).

Não restam dúvidas que os avanços na produtividade e a possibilidade de explorar mundialmente complementaridade e competitividade, a um nível até há pouco inimaginável, vão criar muito mais tempo disponível fora da esfera do sistema formal do trabalho - digamos,

tempo livre. Para quê? - Para o lazer, para a aprendizagem, para a busca (de oportunidades, de satisfação das dúvidas e das angústias), para conhecer o Planeta.

Não menos importante na perspectiva da Geografia é o facto de esse aumento da disponibilidade de tempo permitir aproveitar as disponibilidades, em crescimento exponencial, de informação, que, convergindo com a queda dos custos das deslocações, vão contribuir para acelerar e incrementar a mobilidade geográfica.

Como sublinha P. Nijkamp, “A energia fóssil relativamente barata, o crescimento económico em curso e os estilos de vida fluidos da sociedade moderna originam uma situação em que o *homo mobilis* se tornou num padrão de vida dominantes” (Nijkamp, 1999, 553).

O aumento da mobilidade atinge, para o melhor e o pior, todos os países, e todas as classes sociais. Os mercados de emprego/trabalho tendem a mundializar-se, mesmo para as ofertas pior remuneradas as respostas deixaram de ser locais ou regionais. Há hoje uma gigantesca *pool* de trabalhadores disponíveis em todo o Mundo - em grande medida urbanizados, vivendo em gigantescas áreas urbanas, com serviços de transporte aéreo disponíveis, prontos a deslocarem-se a qualquer momento, para qualquer ponto do Planeta.

As consequências destes fenómenos são visíveis e previsíveis a todas as escalas, a começar pelo quotidiano do habitante que qualquer tipo de estabelecimento humano, ao pulsar do Planeta, como uma entidade una e dotada do seu próprio metabolismo.

As transformações afectarão a Litosfera, a Hidrosfera, a Atmosfera e, necessariamente, a Antroposfera. É o que traduz um tema maior da investigação do último quarto de século em vários domínios científicos: a mudança global.

Peter Taylor, Michael Watts e Ron Johnston promoveram a publicação de uma bem desenhada colectânea, procurando analisar os problemas nas diferentes facetas da Geografia, dando-lhe um título e um subtítulo, muito sugestivos: **Geographies of Global Change - remapping the world in the late twentieth century**.

Cada uma destas geografias implica desafios para a investigação geográfica nos próximos decénios e, embora seja possível uma sistematização num número de domínios indiscutíveis como o fizeram os autores (geoeconómico/geopolítico/ /geosocial, geocultural e geoambiental), espera-se que outros vão emergir, nomeadamente no âmbito das mobilidades. De facto o incremento e aceleração dos movimentos têm consequências directas importantes naqueles cinco domínios.

Até agora os geógrafos e as ciências sociais em geral têm-se preocupado sobretudo com as consequências económicas e quando se fala em **globalização** destacam-se logo as questões

da agricultura, da indústria, do comércio e dos serviços. Mas estas mudanças implicam mudanças políticas e de política, por vezes aparentemente contraditórias, como sejam a erupção dos nacionalismos e regionalismos, num contexto de globalização e, ao mesmo tempo, a procura de uma crescente intervenção reguladora do Estado.

Mas a mobilidade geográfica das populações não deixará de implicar profundas transformações sociais. Já ninguém pretende repor o modelo da interdependência entre mobilidade geográfica e mobilidade social, hoje as consequências são muito mais diversificadas e o potencial de conflitualidade muito maior. Há, de resto, uma diferença fundamental de conteúdo: antes as migrações (nacionais ou internacionais) faziam-se sobretudo do campo para a cidade, hoje os movimentos migratórios, de qualquer amplitude geográfica, contemplam sobretudo populações urbanizadas, o que tem outras implicações sociais, económicas, políticas e culturais.

De facto actuam hoje em dia diversas forças que levam à construção de novos mapas culturais. A cultura, que é de todas as dimensões do objecto geográfico a que tem um tempo mais longo, em que as alterações levam mais tempo a consumir-se, também está sujeita a um processo de aceleração. Desde logo porque os movimentos migratórios são cada vez mais pluriculturais e a única forma de os suportar é através da construção de sociedades multiculturais - este é também um tema maior para o século XXI.

Além disso, como se tem observado, os avanços tecnológicos que têm caracterizado os dois últimos decénios transportam ou têm embebidas alterações de comportamentos, novos estilos de vida, sempre com consequências no território. Nas biotecnologias, nas engenharias genéticas, na indústria alimentar, nos novos bens de consumo, e, claro está, em tudo o que releva da sociedade da informação, encontramos poderosos factores que vão alterar os valores, os comportamentos, a cultura.

Que desafio para a **Geografia**, a descoberta de um Mundo Multipolar, feito de diversidades e de localidades, tão diverso, mas global.

Mas o grande problema que coloca o aumento da mobilidade é o da sustentabilidade dos transportes. Os fluxos, de qualquer tipo, geram sempre mais fluxos. Assim, como o telefone incrementou os serviços de comércio e a circulação de pessoas e mercadorias, a sociedade da cibernética, a sociedade em rede, recorre cada vez mais aos serviços de transporte, e estes são, na sua maior parte, altamente nocivos para o ambiente. As três forças básicas que determinam o movimento e o transporte, segundo P. Nijkamp - comportamento, políticas e tecnologia - ainda não estão trabalhadas de molde a reduzir os impactes negativos, orientando procura e

oferta no caminho mais positivo. Este autor, afirmando a necessidade de mais investigação neste domínio, apresenta-se, entretanto, muito céptico: “Para já, dificilmente se encontra um exemplo de políticas de transportes sustentáveis. Podem ser utilizadas novas alternativas de transportes - mais sustentáveis - (como por exemplo bicicletas, *smart cars*, ICT - *information and communication technology*, etc.), mas isto não significa necessariamente que estão a ser menos utilizadas formas menos sustentáveis de transporte. Assim, parece que a tendência para a mobilidade é tão forte que as novas opções - mais amigas do ambiente - não actuam como substitutos das velhas formas de transporte, mas meramente como uma adição.”.

Inúmeras tarefas aguardam os geógrafos nos próximos anos, decénios. Mais do que nunca se impõe um esforço de integração de saberes e de articulação de escolas, o que significa a renovação da disciplina no sentido da actualização da sua essência de sempre. Pensar global e actuar local, tendo as **mesoescalas** como referências fundamentais faz parte do método geográfico.

Não se trata aqui de um “regresso”, seja ao que for, e muito menos, da reposição da Geografia Regional, mediadora através da leitura das paisagens. Estas, na sua multidimensionalidade, além de constituírem uma referência identitária do ser humano, que assistiu no último quarto de século a transformações vertiginosas no seu quadro de vida - da escala planetária à “nossa” intimidade do lar também funcionam como um “**marcador**”, que faculta leituras factoriais do comportamento dos sistemas territoriais.

Por outro lado, verificam-se alterações nos tipos, formas e eficácias das barreiras - um tema maior nos estudos geográficos; uma das mais visíveis diz respeito às fronteiras políticas: umas enfraqueceram, tornaram-se mais porosas ou, simplesmente, apagaram-se, outras endureceram, acentuaram-se; mas, sobretudo, alterou-se a localização e a natureza da materialidade das barreiras políticas. Os casos mais evidentes residem nos processos de regionalização e de localização que se têm vindo a desenvolver como resposta à globalização. E de todos, destaca-se, naturalmente, a **recomposição** do espaço político europeu, dos Urais às Ilhas Atlânticas, do Cáucaso às Spitzberg.

Veja-se como este processo complexo tem estimulado os estudos geográficos, levando também, aqui na Europa, à “**Redescoberta da Geografia**”. A várias escalas. Daí a procura de novos enquadramentos, travejados por geometrias variáveis. No que nos toca mais directamente, é a emergência do conceito de **Sudoeste Europeu**, mas também a necessidade de articular continentes - voltando a emergir o papel de charneira dos mares e oceanos: o mediterrâneo ocidental... a fachada atlântica...

Mas é também oportuno olhar para nós mesmos, talvez com a ajuda de Robert David Sack (Sack, 1997) - é altura de passar do *Homo Economicus* para o *Homo Geographicus*. Sack começa o seu livro que leva este título desta forma “Nós, humanos, somos seres geográficos transformando a terra e transformando-a numa casa, e este mundo transformado afecta quem nós somos. A nossa natureza geográfica dá forma ao nosso mundo e a nós próprios. Ser geográfico é inescapável...” (Sack, 1997, 1).

Com esta obra o autor pretende afirmar a “centralidade da Geografia”. De facto é necessário sublinhar, dar atenção, à dimensão geográfica, até para contrariar o esquecimento “... da óbvia verdade de que todas as acções humanas ocorrem em lugares e através do espaço, numa negligência que é encorajada pelo ênfase em termos, tais como trabalho, aprendizagem e famílias, com a exclusão dos fundamentos geográficos destas actividades.” (p. 25).

“Navegando entre a arrogância da modernidade e as tendências relativistas da pós-modernidade” (p. 7) R. D. Sack constrói decerto a base para um novo paradigma. Nas palavras de David Smith (Smith, 1998), desde o clássico **Locational Analysis in Human Geography** de Peter Haggett (1965) que não se publicava um tão amplo e original quadro teórico para a Geografia Humana. Mas, quanto a nós, o objectivo é mais vasto, pois abrange todo o campo da Geografia, não separando o Humano do Natural, alarga a indagação ao entendimento mais profundo da acção dos homens à superfície da Terra: o lugar e o espaço são forças em que se entrelaçam o natural, o social e o cultural (*meaning*), mas em cada lugar também interactuam “as virtudes da verdade, da justiça e do natural” - são as “forças morais”: “O facto de que o lugar em qualquer escala, as conjuga/mistura, faz com que as suas interconexões sejam uma parte contínua das nossas vidas, do dia a dia; o lugar/território(?) entretece a moral com as actividades humanas, banais e extraordinárias. Casa, local de trabalho, cidade e nação, todos mesclam estas virtudes. O lugar/território(?) é uma força moral a qualquer escala”. (203).

Estamos perante o *moral turn*, com que se interrogava David Smith ao escrever sobre Geografia e Ética (Smith, 1997).

E por aqui, chegamos às **utopias** que pode ser um tipo de tirania moral. A propósito Sack refere a **Republica** de Platão, onde se encontra a argumentação mais poderosa a favor da virtude da verdade. Mas... “sociedades e indivíduos concentrados apenas na mente e na verdade correm o risco de minarem a verdade com fantasia e arrogância...” (p. 207).

E por aqui poderemos passar ao que para alguns é a utopia da sociedade da informação ou, no inspirado título de William J. Mitchell, na **e-topia**... (Mitchell, 1999).

Esta visão da pólis do futuro vem logo definida no não menos inspirado subtítulo “Urban life, Jim - but not as you know it” e o mote é dado na designação do Prólogo: **Urban Requiem**, que se inicia com uma citação de Marshal McLuan, de 1967: “The city no longer exists, except as a cultural ghost for tourists.”. Vários autores, de resto, ou “choram” (F. Choay, 1986) ou anunciam e especificam (M. Castells, 1996 - *The Rise of the Network Society*) o fim da cidade.

Mas o que torna o discurso de Mitchell mais estimulante é não só o desenho da e-topia, como a sua articulação com o território (lugar), apenas aflorado (e desvalorizado) em M. Castells (1996) - ver tradução portuguesa, pp. 449-450.

Para Mitchell na **e-topia** teremos “The Persistent Power of Place” (p. 141) - “Mas o poder do lugar ainda prevalecerá. À medida que os imperativos da localização tradicional enfraquecerem, gravitaremos em torno de sítios que ofereçam atrações específicas: culturais, cénicas ou climáticas - ou seja, as qualidades únicas que não podem ser deslocadas através dos fios - acompanhadas das interações face a face a que damos mais importância.”.

Os ambientes físicos e os acontecimentos virtuais funcionarão interdependentemente e na maior parte dos casos complementar-se-ão, mais em novos padrões de vida urbana, do que substituindo os existentes. “Sometimes we will use networks to avoid going places. But sometimes, still, we will go places to network.” (p. 155).

Nada poderá substituir a experiência dos lugares, a vivência dos acontecimentos que só atingem o clímax em ambientes específicos - num restaurante, num teatro, numa rua comercial, numa livraria acolhedora. Será muito diferente como sublinha Mitchell, ouvir os Rolling Stones em casa ou num estádio... “The opera at the Scala is pretty good, too.” (p.141).

BIBLIOGRAFIA

- BAILLY, ANTOINE & SCARIATI, R. (1999) – *Voyage en Géographie*, Anthropos, Paris.
- BAULIG, H. (1948) – “La Géographie, est-elle une science?” in *Annales de Géographie*, vol. 57, n.º. 305, 1-11.
- CASTELLS, M. (1996) – *The Rise of the Network Society*, Blackwell, Massachusetts.
- CHOAY, F. (1986) – *La Regola e il Modelo*, Officina, Roma.
- CLAVAL, P. (1996) – *La Géographie comme Genre de Vie – un itinéraire intellectuel*, L'Harmattan, Paris.
- DEMATTEIS, G. (1985) – *Le Metafore della Terra*, Feltrinelli, Milano.
- VAN DOREN, C. (1991) – *The History of Knowledge*, Baltimore Press, Baltimore.
- HAGGET, P. (1965) – *Locational Analysis in Human Geography*, Edward Arnold, Londres.
- JOHNSTON, R.; TAYLOR, P. & WATTS, M. eds. (1995) - *Geographies of Global Change – remapping the world in the late twentieth century*, Blackwell, Oxford.
- MASSEY, D. (1991) – “A Global Sense of Place” in *Marxism Today* (June 1991).

- MITCHELL, W. J. (1999) – e-topia “urban life Jim – but not as you know it”, The MIT Press, Cambridge Mass.
- NAKAMURA, Y.; FRIELING, D. ET HUNT, J. D. (1993) – Trois regards sur le paysage français, Champ Vallon, Seyssel.
- NATIONAL RESEARCH COUNCIL (1997) – Rediscovering Geography – New Relevance for Science and Society, National Academy Press, Washington, D.C.
- NIJKAMP, P. (1999) – “Sustainable Transport. A new research and policy challenge for the next millennium” in European Review, vol. 7, n°. 4, 551-567.
- SACK, R. D. (1997) – Homo Geographicus – A Framework for Action, Awareness and Moral Concern, The John Hopkins University Press, Baltimore and London.
- SMITH, D. (1998) – Book review of Homo Geographicus in Progress in Human Geography, vol. 22, n°. 4, 607-610.
- SMITH, D. M. (1997) – “Geography and ethics: a moral turn? in Progress in Human Geography, vol. 21, n°. 4, 583-590.
- TUAN, F. (1998) – Escapism, The Johns Hopkins University Press, Baltimore & London.